

SAÚDE MENSTRUAL E DETERMINANTES SOCIAIS E ANÁLISE GLOBAL DAS DESIGUALDADES EM SAÚDE

DOI: 10.5281/zenodo.18717082

Ana Carolina Damasceno Lopes¹

Thays Evellyn Martins Fernandes Albuquerque²

Eduarda Moura de Paula³

Maria Gessiane de Queiroz Martins⁴

Luana Rodrigues Portela⁵

Antonia Moemia Lúcia Rodrigues⁶

Thamy Braga Rodrigues⁷

RESUMO

A saúde menstrual está diretamente relacionada ao acesso de pessoas que menstruam a informações adequadas, produtos menstruais seguros e infraestrutura sanitária apropriada, como água potável e instalações de higiene em condições adequadas. Em nível mundial, desigualdades socioeconômicas, pobreza, tabus culturais, estigmatização da menstruação e fragilidades nas políticas públicas comprometem o manejo seguro da menstruação, afetando milhões de pessoas, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, residentes em áreas rurais, periferias urbanas ou contextos humanitários. A ausência de recursos e de educação em

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

saúde contribui para práticas inseguras, evasão escolar, absenteísmo no trabalho e maior exposição a infecções e agravos ginecológicos. O presente estudo teve como objetivo analisar o panorama da saúde menstrual no mundo, com foco nos impactos do manejo inadequado da higiene menstrual nos aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, conduzida por meio da análise de publicações nacionais e internacionais que abordam a temática sob a perspectiva dos determinantes sociais da saúde. A partir da análise dos dados, emergiram duas categorias analíticas: desafios globais no manejo da higiene menstrual e estratégias para a promoção da saúde menstrual. Os achados evidenciaram que a precariedade no gerenciamento da higiene menstrual compromete a dignidade, a autoestima, a saúde física e mental e a participação social das pessoas que menstruam, ampliando desigualdades de gênero e sociais historicamente estruturadas. Destaca-se, portanto, a necessidade de ações intersetoriais, investimentos em infraestrutura sanitária, ampliação do acesso a insumos menstruais e fortalecimento de políticas públicas que reconheçam a saúde menstrual como um direito humano fundamental e componente essencial da equidade em saúde.

Palavras-chave: Dignidade. Higiene. Menstruação. Saúde.

ABSTRACT

Menstrual health is directly related to the access of people who menstruate to adequate information, safe menstrual products, and appropriate sanitation infrastructure, such as clean water and proper hygiene facilities. Globally, socioeconomic inequalities, poverty, cultural taboos, menstrual stigma, and weaknesses in public policies compromise safe menstrual management,

affecting millions of people, especially those in situations of social vulnerability, living in rural areas, urban peripheries, or humanitarian settings. The lack of resources and health education contributes to unsafe practices, school dropout, work absenteeism, and greater exposure to infections and gynecological conditions. The present study aimed to analyze the global landscape of menstrual health, focusing on the impacts of inadequate menstrual hygiene management on biological, psychological, and social aspects. This is an integrative literature review conducted through the analysis of national and international publications addressing the topic from the perspective of the social determinants of health. From the data analysis, two analytical categories emerged: global challenges in menstrual hygiene management and strategies for promoting menstrual health. The findings showed that poor menstrual hygiene management compromises the dignity, self-esteem, physical and mental health, and social participation of people who menstruate, reinforcing historically structured gender and social inequalities. Therefore, the need for intersectoral actions, investment in sanitation infrastructure, expanded access to menstrual supplies, and the strengthening of public policies that recognize menstrual health as a fundamental human right and an essential component of health equity is emphasized.

Keywords: Dignity. Hygiene. Menstruation. Health.

1. INTRODUÇÃO

A menstruação é caracterizada por um sangramento periódico decorrente da descamação do endométrio, que ocorre na ausência de fecundação do oócito pelo espermatozoide. A primeira menstruação, denominada menarca,

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

manifesta-se durante a puberdade e constitui um marco relevante na vida reprodutiva feminina. Esse evento está associado a múltiplas transformações corporais, psicológicas, comportamentais e sociais, podendo assumir também significados simbólicos e espirituais, a depender das crenças culturais e religiosas presentes em diferentes contextos sociais. Nesse sentido, a saúde menstrual compreende-se como um estado de bem-estar físico, mental e social relacionado ao ciclo menstrual, ultrapassando a dimensão estritamente biológica (Oliveira et al., 2023).

A educação menstrual insere-se nesse contexto como um componente fundamental da promoção da saúde, sendo definida como um conjunto de processos educativos, informativos e lúdicos que abordam o ciclo menstrual sob as perspectivas biológica, emocional e social. Tal educação deve ser ofertada de forma universal, por meio de um diálogo aberto e livre de estigmas, não se restringindo à prevenção da gravidez não intencional. Ao contrário, configura-se como uma estratégia de empoderamento, permitindo que mulheres e pessoas que menstruam compreendam seu próprio corpo, reconheçam seu ciclo menstrual e exerçam autonomia, bem-estar e justiça social (Xavier, 2022).

Apesar dos avanços no debate sobre saúde sexual e reprodutiva, a menstruação ainda é permeada por estigmas e silenciamentos, reflexo de uma sociedade estruturada sob bases patriarcais e pela colonialidade de gênero. Esse padrão sustenta relações assimétricas de poder, naturalizando hierarquias de gênero e atribuindo ao fenômeno menstrual, significados de vergonha, impureza e inadequação. Como consequência, práticas repressivas e preconceituosas são reproduzidas em diversos grupos sociais, limitando o

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

acesso à informação, ao cuidado em saúde e ao reconhecimento do próprio corpo, configurando barreiras importantes à vivência saudável do ciclo menstrual (Melo et al., 2024).

Nesse cenário, a educação em sexualidade de forma integral, incluindo a educação menstrual no ambiente escolar, apresenta-se como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento do conhecimento corporal e da autonomia. Ao incorporar conteúdos fisiológicos sobre o ciclo menstrual e promover a desconstrução de tabus socialmente estabelecidos, essa abordagem contribui para a redução do constrangimento, do estresse e da baixa autoestima entre adolescentes, além de favorecer uma vivência mais segura e consciente da sexualidade e da saúde reprodutiva, com impacto direto na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e gestações não planejadas (Oliveira et al., 2023).

A saúde menstrual no contexto global também se expressa por meio da pobreza menstrual, fenômeno multidimensional que afeta meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam. Essa condição caracteriza-se pela ausência de dignidade menstrual, evidenciada pela falta de acesso a produtos de higiene adequados, instalações sanitárias seguras, água potável e informações apropriadas. Tais limitações comprometem a vivência do período menstrual de forma saudável e digna, refletindo profundas desigualdades sociais e estruturais (Motta; Brito, 2022).

Adicionalmente, a saúde menstrual revela-se como um importante marcador das desigualdades de gênero. A associação histórica da menstruação ao corpo feminino, aliada à persistência de estigmas, restringe o debate público sobre

a carência de recursos materiais e informacionais, dificultando a formulação e a implementação de políticas públicas efetivas voltadas à garantia da dignidade menstrual. Essa invisibilidade reforça iniquidades em saúde e limita avanços no enfrentamento das desigualdades sociais relacionadas ao tema (Lopes, 2022).

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os impactos da saúde menstrual na saúde global de pessoas que menstruam, com ênfase nos determinantes sociais envolvidos nesse processo. Especificamente, busca-se identificar as causas e os efeitos dessa problemática na saúde ginecológica e mental, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento de estratégias que promovam equidade e justiça social em saúde.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Conceito e Importância da Saúde Menstrual

A saúde menstrual constitui um componente fundamental da saúde integral e dos direitos humanos, estando diretamente relacionada às condições de dignidade, bem-estar físico, mental e social das pessoas que menstruam. Nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define o manejo da higiene menstrual (Menstrual Hygiene Management – MHM) como a utilização de materiais limpos, seguros e adequados para absorver ou coletar o sangue menstrual, com a possibilidade de troca sempre que necessário, em condições de privacidade e segurança. Esse conceito ultrapassa a dimensão biológica da menstruação, ao incluir o acesso contínuo à água potável, ao

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

sabão, a instalações sanitárias apropriadas e a sistemas adequados para o descarte seguro dos materiais utilizados (Maciel; Pereira, 2025).

Sob essa perspectiva ampliada, o manejo da higiene menstrual configura-se como um determinante social da saúde, uma vez que sua efetivação depende de condições estruturais, socioeconômicas e institucionais. A UNICEF et al. (2021) reforçam que a dignidade menstrual está intrinsecamente vinculada ao direito sanitário, na medida em que o acesso universal à saúde pressupõe a garantia de infraestrutura mínima adequada. Tal infraestrutura inclui não apenas serviços de saúde, mas também ambientes seguros e acessíveis que possibilitem a vivência do ciclo menstrual de forma digna, sem constrangimentos, riscos à saúde ou exclusão social. A ausência ou precariedade desses recursos compromete significativamente a saúde física e mental das pessoas que menstruam, sobretudo aquelas em contextos de vulnerabilidade social, econômica ou institucional.

Conforme destacado por Duarte et al. (2025), a privação de condições adequadas para o manejo menstrual expõe essas populações a infecções, sofrimento psicológico, estigmatização e restrições à participação plena em atividades educacionais, laborais e sociais. Além disso, tal cenário configura uma violação da dignidade humana, ao negar o reconhecimento da menstruação como um processo fisiológico legítimo que demanda atenção, cuidado e políticas públicas específicas. Dessa forma, a saúde menstrual deve ser compreendida como um eixo estratégico das políticas de saúde pública, equidade de gênero e justiça social, exigindo abordagens intersetoriais que integrem saúde, saneamento, educação e direitos humanos. Reconhecer e assegurar o manejo adequado da higiene menstrual representa,

portanto, não apenas uma ação sanitária, mas um compromisso ético e social com a promoção da dignidade e da cidadania das pessoas que menstruam.

2.2. Panorama Global da Gestão da Higiene Menstrual

A gestão da higiene menstrual tem sido amplamente reconhecida no cenário internacional como um componente essencial da saúde pública, especialmente no contexto escolar, por exercer influência direta sobre a saúde, a dignidade, o bem-estar e a permanência de meninas e adolescentes na escola. A escola configura-se como um espaço estratégico para a promoção da saúde menstrual, uma vez que concentra uma parcela significativa da população em idade reprodutiva inicial e desempenha papel central na disseminação de informações, na formação de hábitos de higiene e na redução de estigmas associados à menstruação. Apesar desse reconhecimento, evidências globais apontam para lacunas expressivas na garantia de condições adequadas para o manejo da menstruação em diferentes regiões do mundo. De acordo com relatório conjunto da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), apenas 39% das escolas, em nível global, oferecem algum tipo de educação formal sobre saúde menstrual, evidenciando a insuficiência de informações sistematizadas sobre o tema nos ambientes educacionais (Figueiredo et al., 2024).

Essa limitação informacional contribui para a perpetuação de mitos, desinformação e práticas inadequadas, impactando negativamente a vivência do ciclo menstrual por meninas e adolescentes. Além da fragilidade no acesso à educação em saúde menstrual, a precariedade da infraestrutura

sanitária constitui um dos principais entraves à efetivação da gestão da higiene menstrual no meio escolar. Em diversas regiões do mundo, muitas escolas não dispõem de condições básicas para o manejo adequado da menstruação, como banheiros seguros, privativos e equipados com recursos para o descarte apropriado de materiais menstruais. Dados da OMS e do UNICEF indicam que a disponibilidade de lixeiras nos banheiros femininos ainda é limitada em escala global, sendo essa realidade ainda mais crítica em países de baixa renda e em regiões como a África Subsaariana, onde apenas 11% das escolas possuem esse recurso essencial (OMS; UNICEF, 2024).

A ausência de infraestrutura sanitária adequada compromete diretamente a privacidade, a segurança e a dignidade das estudantes, favorecendo práticas inadequadas de higiene menstrual e aumentando o risco de repercussões negativas à saúde física e mental. Ademais, essas condições adversas podem resultar em absenteísmo escolar, redução do desempenho acadêmico e, em casos mais graves, evasão escolar, reforçando desigualdades de gênero e vulnerabilidades sociais. Nesse sentido, a gestão da higiene menstrual no contexto escolar deve ser compreendida como um desafio global que demanda ações integradas entre saúde, educação e políticas públicas, com foco na equidade, na dignidade e no direito à educação.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, método que se destaca por sua abordagem ampla e sistemática, permitindo a inclusão de estudos com diferentes delineamentos metodológicos, tanto experimentais quanto não experimentais. Essa

REVISTA TÓPICOS

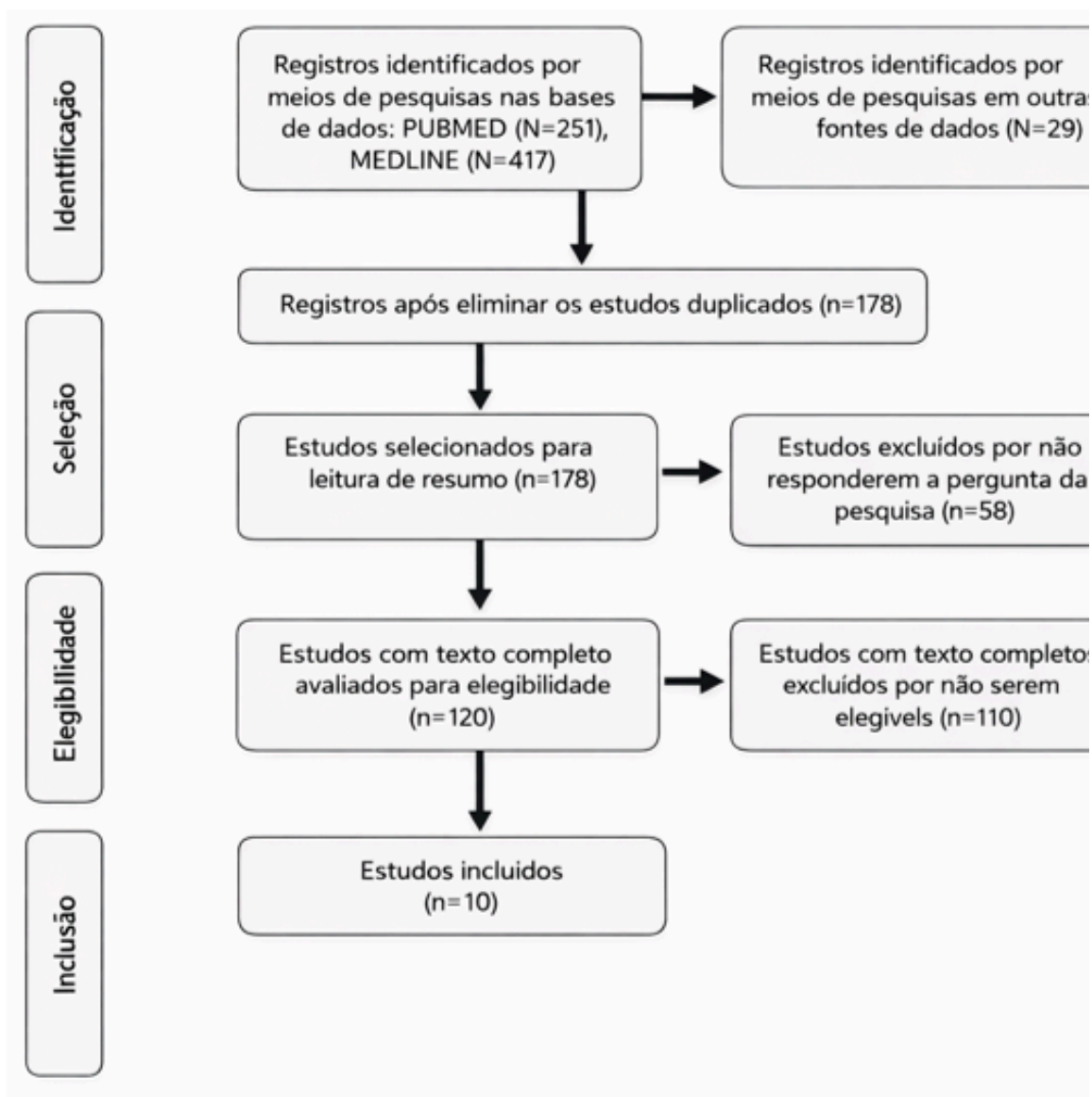
<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

estratégia possibilita uma compreensão abrangente do fenômeno investigado, ao articular evidências oriundas da literatura teórica e empírica, favorecendo a síntese do conhecimento existente sobre o tema em análise. A revisão integrativa apresenta múltiplos propósitos, dentre os quais se destacam a definição de conceitos, a análise e revisão de teorias, a síntese de evidências científicas e a identificação de lacunas e problemas metodológicos relacionados a determinado campo de investigação. Nesse sentido, a utilização de uma amostra ampla de estudos e a diversidade de objetivos contribuem para a construção de um panorama consistente, sistemático e compreensível acerca de conceitos complexos, teorias e problemas de saúde relevantes para a área da medicina (Sena et al., 2023).

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico eletrônico nas bases de dados Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e National Library of Medicine (PubMed), no período compreendido entre agosto de 2021 e abril de 2022. Para a identificação dos estudos, foram utilizados descritores controlados do Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), a saber: hygiene, menstrual e poverty, combinados por meio do operador booleano AND. As estratégias de busca adotadas foram: Poverty AND Menstrual e Hygiene AND Menstrual, aplicadas exclusivamente no idioma inglês. A seleção dos estudos concentrou-se em artigos científicos completos, disponíveis gratuitamente nas bases de dados selecionadas, redigidos em língua inglesa e publicados no período de 2021 a 2025.

Foram adotados como critérios de exclusão os artigos indisponíveis para acesso online, bem como publicações que não abordassem diretamente a

temática proposta, de acordo com o objetivo do estudo. Para assegurar o rigor metodológico e a organização do processo de revisão, a pesquisa foi conduzida em seis etapas sequenciais: (1) definição do tema e formulação da pergunta norteadora; (2) busca dos artigos conforme os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos; (3) definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; (4) avaliação crítica da qualidade metodológica dos artigos incluídos; (5) análise e discussão dos resultados obtidos; e (6) apresentação da síntese do conhecimento produzido. O processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos artigos que compuseram a amostra final da revisão foi sistematizado por meio de um fluxograma, elaborado de acordo com as recomendações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), apresentado na Figura 1 (Sena et al., 2023).



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da estratégia de busca definida, foram inicialmente identificadas diversas produções científicas nas bases de dados consultadas, utilizando-se

os descritores pobreza AND menstrual e higiene AND menstrual, aplicados nos idiomas português e inglês. As buscas resultaram em um número expressivo de estudos, contemplando diferentes tipos de publicações, como artigos científicos originais, estudos teóricos, relatos de experiência e documentos institucionais, evidenciando a relevância e a multidimensionalidade da temática da higiene e dignidade menstrual no cenário científico contemporâneo.

Na etapa de triagem, procedeu-se à leitura criteriosa dos títulos e resumos, com a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Foram excluídas as publicações que não abordavam diretamente a temática da higiene e da dignidade menstrual, os estudos que não apresentavam relação direta com o objetivo da pesquisa, bem como os trabalhos duplicados entre as bases de dados analisadas. Esse processo possibilitou o refinamento da amostra, assegurando maior consistência metodológica e alinhamento temático dos estudos selecionados.

Ao final do processo de seleção, foram incluídos 10 artigos científicos, sendo nove de origem nacional e um de abrangência internacional, que compuseram a amostra final desta revisão integrativa. Esses estudos constituíram a base empírica para a análise dos resultados e a construção da discussão, permitindo a identificação de padrões, convergências e lacunas no conhecimento científico sobre a gestão da higiene menstrual, especialmente em contextos de pobreza e vulnerabilidade social. A caracterização dos estudos incluídos encontra-se sistematizada no Quadro 1.

Quadro 1 - Descrição dos artigos selecionados para revisão integrativa.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Autor(A)	Título	An o de pu bli caç ão	Objetivo
DE OLIVEIR A, Viviane Caroline <i>et al.</i>	Acesso e práticas de higiene menstrual na América Latina: revisão de escopo. Revista Latino- Americana de Enfermagem	(Br asil , 202 3).	Mapear e analisar evidências científicas sobre o acesso e as práticas de higiene menstrual na América Latina, identificando lacunas, desafios e desigualdades regionais.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

XAVIER, Gabriela Lima dos Anjos <i>et al.</i>	Da pobreza à dignidade menstrual: uma análise da legislação e das políticas públicas no Brasil	(Brasil, 2022).	Analisar a legislação e as políticas públicas brasileiras relacionadas à pobreza e à dignidade menstrual, discutindo seus avanços, limites e impactos sociais.
MOTTA, Maria Carolina Carvalho; BRITO, Mariana Alves Peixoto da Rocha	Pobreza menstrual e a tributação de absorventes. Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito	(Brasil, 2022).	Discutir a relação entre pobreza menstrual e a tributação de absorventes, evidenciando como a carga tributária contribui para a desigualdade no acesso a produtos de higiene menstrual.
LOPES, Ravena	Invisibilidade das pessoas que	(Brasil	Analisar a invisibilidade social

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Luz	menstruam e políticas públicas para dignidade menstrual no Brasil	, 2021).	das pessoas que menstruam e avaliar as políticas públicas brasileiras voltadas à promoção da dignidade menstrual.
DE SENA, Mariana Tavares <i>et al.</i>	O manejo inadequado da higiene menstrual e seus impactos à saúde da mulher. Brazilian Journal of Development	(Brasil, 2023).	Identificar os impactos do manejo inadequado da higiene menstrual na saúde da mulher, relacionando-os a condições socioeconômicas e de acesso à informação.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

DO LAGO MACIEL, Graziela; PEREIRA , Éverton Luís	Injustiça menstrual: a falta de reconhecimento da menstruação como um aspecto integral da saúde e de bem- estar. Cadernos Ibero- Americanos de Direito Sanitário	(Br asil , 202 5).	Discutir a injustiça menstrual a partir da ausência de reconhecimento da menstruação como componente essencial da saúde e do bem- estar nas políticas públicas.
DUARTE , Livia Denise Castro <i>et al.</i>	Dignidade Menstrual na Adolescência: Relato de Experiência de um Projeto Extensionista com Pré-adolescentes em Vulnerabilidade Social. Interference: A Journal of Audio Culture	(Br asil , 202 5).	Relatar e analisar a experiência de um projeto extensionista voltado à promoção da dignidade menstrual entre pré- adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

UNICEF <i>et al.</i>	Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos	(Brasília, 2021).	Analisar a pobreza menstrual no Brasil, evidenciando desigualdades sociais e violações de direitos associadas à falta de acesso a produtos, informação e saneamento.
FIGUEIREDO, Maria do Socorro Lages <i>et al.</i>	Dignidade menstrual na perspectiva da Educação Integral. Estudos IAT	(Brasília, 2024).	Discutir a dignidade menstrual no contexto da Educação Integral, destacando o papel da escola na promoção da saúde, equidade e cidadania.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); UNICEF	Progress on drinking water, sanitation and hygiene in schools 2000–2023: special focus on menstrual health	(Gestora, 2024).	Avaliar o progresso global no acesso à água, saneamento e higiene nas escolas, com ênfase na saúde menstrual, identificando avanços, lacunas e desigualdades entre países.
--	--	------------------	--

Fonte: Autoria Própria (2026).

A análise dos estudos correlatos e dos relatórios institucionais que abordam a pobreza menstrual em diferentes contextos evidencia que esse fenômeno está intrinsecamente relacionado às desigualdades socioeconômicas, de gênero, educacionais e sanitárias. De forma convergente, as investigações demonstram que a limitação no acesso a produtos adequados de higiene menstrual, à água potável, ao saneamento básico e à informação qualificada compromete a saúde física, mental e social das pessoas que menstruam, configurando-se, portanto, como uma violação de direitos humanos fundamentais. No contexto latino-americano, os resultados apontam que o acesso à higiene menstrual é marcado por profundas desigualdades regionais e sociais. A revisão de escopo conduzida por Oliveira et al. (2023) evidencia que populações em situação de vulnerabilidade apresentam maior exposição

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

a práticas inadequadas de manejo menstrual, decorrentes da precariedade da infraestrutura sanitária, da restrição de recursos financeiros e da ausência de políticas públicas efetivas. Esses achados dialogam com os dados apresentados pelo relatório da Organização Mundial da Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (OMS; UNICEF, 2024), que destacam a maior incidência de impactos negativos na saúde menstrual e na permanência escolar de jovens em países de baixa e média renda.

No cenário brasileiro, os estudos analisados indicam que a pobreza menstrual está fortemente associada à invisibilidade social das pessoas que menstruam e à insuficiência de políticas públicas estruturadas. Lopes (2021) ressalta que a ausência do reconhecimento da menstruação como uma questão de saúde pública contribui para a perpetuação do estigma e da negligência institucional. Essa condição é corroborada por Maciel e Pereira (2025), ao apontarem a falta de enquadramento da menstruação como componente integral do direito à saúde e ao bem-estar, fenômeno que os autores denominam de injustiça menstrual. No que se refere ao impacto econômico sobre o acesso aos produtos de higiene menstrual, os resultados demonstram que fatores fiscais e tributários exercem influência significativa na intensificação da pobreza menstrual. Motta e Brito (2022) evidenciam que a elevada tributação de absorventes no Brasil agrava esse cenário, ao classificar esses produtos como bens de consumo onerados por impostos, restringindo o acesso das populações de baixa renda. De modo complementar, o relatório da UNICEF et al. (2021) aponta que milhões de meninas, adolescentes e mulheres brasileiras deixam de utilizar produtos

adequados ou recorrem a alternativas improvisadas, o que amplia os riscos à saúde, além de favorecer situações de constrangimento e exclusão social.

Os impactos do manejo inadequado da higiene menstrual sobre a saúde também foram amplamente discutidos nos estudos analisados por Sena et al. (2023), os quais demonstram associação entre práticas inadequadas e o aumento de infecções ginecológicas, desconforto físico, sofrimento psicológico e redução da qualidade de vida. Esses resultados reforçam a compreensão de que a saúde menstrual extrapola a dimensão biológica, incorporando aspectos emocionais, sociais e culturais, conforme também destacado por Oliveira et al. (2023). No âmbito educacional, os achados indicam que a ausência de condições adequadas para a saúde menstrual compromete a frequência e o desempenho escolar, especialmente entre adolescentes em contextos de vulnerabilidade social. Duarte et al. (2025), ao analisarem experiências extensionistas com pré-adolescentes, evidenciam que a falta de ações educativas e de distribuição de insumos contribui para a manutenção do estigma, da baixa autonomia e da perda da dignidade menstrual.

De forma convergente, Figueiredo et al. (2024) ressaltam que a abordagem da dignidade menstrual sob a perspectiva da Educação Integral favorece a construção de ambientes escolares mais inclusivos, promovendo o direito à saúde e à cidadania. A análise das políticas públicas revela a existência de avanços pontuais, porém ainda insuficientes para o enfrentamento efetivo da pobreza menstrual. Xavier et al. (2022) identificam que, apesar da implementação de iniciativas legislativas recentes, estas carecem de efetiva operacionalização, financiamento adequado e articulação intersetorial. A

ausência de políticas públicas sustentáveis limita o alcance das ações e contribui para a manutenção da pobreza menstrual como um problema estrutural. De modo geral, os resultados e discussões convergem para a necessidade do reconhecimento da saúde menstrual como um direito humano e como uma prioridade da saúde pública. A literatura analisada evidencia que o enfrentamento da pobreza menstrual exige estratégias integradas, envolvendo políticas de saúde, educação, assistência social e justiça fiscal, além da superação de tabus culturais e da ampliação do acesso à informação qualificada. Garantir o manejo seguro da menstruação representa, portanto, não apenas uma questão sanitária, mas um imperativo ético relacionado à equidade, à dignidade e à justiça social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, foi possível evidenciar que o manejo inadequado da saúde e da higiene menstrual interfere de forma significativa nos aspectos biológicos, fisiológicos, psicológicos e sociais das pessoas que menstruam, impactando diretamente a saúde íntima feminina. A ausência de acesso a produtos limpos e adequados, aliada a práticas inadequadas de manejo menstrual, favorece o surgimento de infecções e outros agravos à saúde, além de comprometer o bem-estar físico e emocional (Duarte et al., 2025; Maciel & Pereira, 2025).

Os resultados também revelam importantes repercussões psicológicas associadas à pobreza menstrual, manifestadas por sentimentos de medo, vergonha e sofrimento emocional, podendo evoluir para quadros de ansiedade e depressão. Observa-se que tais impactos são mais acentuados em

contextos marcados por pobreza estrutural, especialmente em regiões subdesenvolvidas, onde a limitação de recursos financeiros restringe o acesso a produtos básicos de higiene pessoal, evidenciando o papel central das desigualdades socioeconômicas na perpetuação desse problema (UNICEF et al., 2021; Lopes, 2021).

Adicionalmente, aspectos culturais, religiosos e informacionais contribuem para a intensificação da pobreza menstrual, uma vez que, em determinados contextos socioculturais, mulheres e meninas são estigmatizadas, privadas de liberdade ou associadas a ideias de impureza e doença durante o período menstrual. Esses estigmas reforçam a invisibilidade da temática, dificultam o debate público e limitam a formulação e implementação de políticas públicas eficazes. No âmbito educacional, a falta de condições adequadas para o manejo da higiene menstrual resulta no afastamento de meninas e adolescentes do ambiente escolar, seja pela ausência de absorventes, de infraestrutura sanitária adequada ou pelo constrangimento social (Figueiredo et al., 2024; Oliveira et al., 2023).

Essa realidade contribui para a redução da escolaridade feminina e intensifica o sofrimento psicológico, reforçando ciclos de exclusão social e desigualdade de gênero. Diante desse cenário, destaca-se a educação menstrual como estratégia fundamental para o enfrentamento da pobreza menstrual. O acesso à informação qualificada sobre a fisiologia menstrual, contemplando dimensões biológicas, emocionais, sociais e sanitárias, constitui um instrumento essencial de capacitação e empoderamento. A educação menstrual deve ser ofertada de forma ampla, em todos os níveis de ensino, preferencialmente antes da menarca, por meio de diálogo aberto,

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

livre de estigmas, tanto nas instituições educacionais quanto nos serviços de saúde. Em consonância com os achados desta revisão, a higienização genital adequada durante o período menstrual configura-se como um elemento central para a garantia da dignidade das pessoas que menstruam (Xavier et al., 2022; Melo et al., 2024).

A pobreza menstrual revela-se, portanto, como resultado da negligência histórica em relação às necessidades fisiológicas desse grupo. Torna-se, assim, inadiável a formulação e implementação de políticas públicas integradas que promovam a dignificação do processo menstrual e combatam a desinformação, assegurando que todas as pessoas possam vivenciar o ciclo menstrual com dignidade, segurança e conforto (Maciel & Pereira, 2025; Oliveira et al., 2023).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE OLIVEIRA, Viviane Caroline et al. Acesso e práticas de higiene menstrual na América Latina: revisão de escopo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 31, p. e4030-e4030, 2023.

XAVIER, Gabriela Lima dos Anjos et al. Da pobreza à dignidade menstrual: uma análise da legislação e das políticas públicas no Brasil. 2022.

MOTTA, Maria Carolina Carvalho; BRITO, Mariana Alves Peixoto da Rocha. Pobreza menstrual e a tributação de absorventes. **Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 24, n. 1, p. 33-54, 2022.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

LOPES, Ravena Luz. Invisibilidade das pessoas que menstruam e políticas públicas para dignidade menstrual no Brasil. 2021.

DE SENA, Mariana Tavares et al. O manejo inadequado da higiene menstrual e seus impactos à saúde da mulher. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 3, p. 9884-9901, 2023.

DO LAGO MACIEL, Graziela; PEREIRA, Éverton Luís. Injustiça menstrual: a falta de reconhecimento da menstruação como um aspecto integral da saúde e de bem-estar. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 14, n. 3, p. 48-69, 2025.

DUARTE, Livia Denise Castro et al. Dignidade Menstrual na Adolescência: Relato de Experiência de um Projeto Extensionista com Pré-adolescentes em Vulnerabilidade Social. **Interference: A Journal Of Audio Culture**, v. 11, n. 2, p. 6090-6105, 2025.

UNICEF et al. Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos. **Brasília, DF: UNICEF**, 2021.

FIGUEIREDO, Maria do Socorro Lages et al. Dignidade menstrual na perspectiva da Educação Integral. **Estudos Iat**, v. 12, n. 2, p. 27-57, 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Progress on drinking water, sanitation and hygiene in schools 2000–2023: special focus on menstrual health*. Genebra: WHO/UNICEF Joint Monitoring Programme, 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/28-05-2024-global->

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

[report-reveals-major-gaps-in-menstrual-health-and-hygiene-in-schools.](#)

Acesso em: 14 jan. 2026.

¹ Discente do Curso Superior de Medicina do Centro Universitário INTA (UNINTA) *Campus* Tiangua-CE. E-mail: carolinalopes.medicina@gmail.com

² Discente do Curso Superior de Medicina do Centro Universitário INTA (UNINTA) *Campus* Sobral-CE. E-mail: thaysevellynmed@gmail.com

³ Discente do Curso Superior de Medicina do Centro Universitário INTA (UNINTA) *Campus* Sobral-CE. E-mail: eduardamdepaula.med@gmail.com

⁴ Discente do Curso Superior de Medicina do Centro Universitário INTA (UNINTA) *Campus* Sobral-CE. E-mail: amgdqmmedicina@gmail.com

⁵ Docente do Curso Superior de Medicina do Centro Universitário INTA (UNINTA) do Instituto *Campus* Sobral-CE. Mestre em Ciências da Saúde (UFC). E-mail: lurodriguesportela@gmail.com

⁶ Docente do Curso Superior de Medicina do Centro Universitário INTA (UNINTA) do Instituto *Campus* Sobral-CE. Doutora em Biotecnologia da Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO/UFC). E-mail: moemia.lucia@uninta.edu.br

⁷ Docente do Curso Superior de Medicina do Centro Universitário INTA (UNINTA) *Campus* Tiangua-CE. Mestre em Enfermagem (UFC).